

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Economia

Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)

Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700

<http://www.proac.uff.br/econ/>

Editor: Luiz Fernando Cerqueira; lcer@uol.com.br; lfcerqueira@economia.uff.br.

MULHERES E POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE UMA AÇÃO AFIRMATIVA

Hildete Pereira de Melo*

Lucilene Morandi*

Ruth Helena Dweck*

TD 327

Julho/2017

© * Professoras da Faculdade de Economia da UFF.

Participantes do projeto: A) *Consultoras*: Adriana Motta, Ângela Fontes, Débora Thomé, Havana Marinho. B) *Bolsistas*: Ana Paula Delfino, Cintia Rodrigues, Bárbara Freixo.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir por que as mudanças educacionais e de participação no mercado de trabalho, ocorridas a partir dos anos 1960 na sociedade brasileira, não se refletiram de forma similar na atuação política feminina. As mulheres brasileiras têm uma das menores taxas de participação nos cargos eletivos. Segundo dados da pesquisa *Mujeres em la política: 2012* da ONU Mulheres, o Brasil ocupa a 116ª posição no *ranking* de participação feminina no Parlamento. As mulheres brasileiras ocupavam, em 2012, apenas 44 das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, ou 8,6% de representação política, e no Senado Federal detinham apenas 13 das 81 cadeiras, o que equivale a 16% do total. Nas eleições em 2014 para renovação da Câmara Federal foram eleitas 51 mulheres, um aumento de 16% na representação feminina com relação às eleições de 2010, o que mantém ainda pouca expressiva a participação feminina (9,9%) no cenário nacional. Por outro lado, com relação à renovação de um terço do Senado Federal, das 13 cadeiras ocupadas (2011/2015) pela bancada feminina foram reduzidas para 11 na atual legislatura (2015/2019), o que equivale a uma queda na representação de 16% para 13,6% (Melo. Morandi, Dweck, 2016).

Este cenário político de baixa participação feminina ao longo do século XX e que se mantém nos dias atuais levou as autoras, professoras da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense – UFF, a proporem, em 2015, à Secretaria de Política para as Mulheres – SEPM, a realização de um curso de extensão (20 horas) para lideranças femininas estaduais, com o intuito de incentivar candidaturas de mulheres para as eleições municipais de 2016. Esta proposta se inseriu no âmbito da campanha *Mais Mulheres no Poder*, lançada em 2008 pela bancada feminina do Congresso Nacional e pela SEPM, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Esta proposta foi renovada pela bancada feminina do Congresso Nacional para as eleições de 2016 com a publicação da plataforma *Mais Mulheres no Poder – Eu Assumo este Compromisso*.

Aprovada a proposta, o curso de extensão foi realizado em 14 estados brasileiros e contou com a participação de lideranças femininas, tanto atuantes na política partidária quanto nos movimentos sociais. A estrutura do curso baseava-se no reconhecimento de que as eleições representam um momento importante para ações de sensibilização e fortalecimento para as mulheres inscritas nos diferentes partidos

políticos nacionais e/ou lideranças de entidades sociais locais. O intuito foi convocá-las e treiná-las para a disputa eleitoral na campanha de 2016, destacando a importância de as mulheres terem participação política, exercendo cargos que lhes possibilite atuação mais efetiva em defesa de seus direitos no cotidiano da coletividade. Como as eleições de 2016 seriam municipais, o curso tinha como finalidade contribuir para ampliar a representação das mulheres nas Câmaras de Vereadores e Prefeituras Municipais a partir desse pleito.

Este artigo está organizado da seguinte forma: na primeira parte são apresentados o público alvo, o objetivo e a organização do curso (definição dos locais, das participantes, do programa do curso e sua dinâmica). Na segunda parte é apresentada uma análise preliminar dos resultados da pesquisa realizada junto às participantes ao longo dos cursos. Esta pesquisa visava definir/conhecer o perfil das mulheres com participação política nas diferentes regiões brasileiras. A terceira e última parte apresentam as considerações finais sobre o perfil das mulheres que postulavam cargos eletivos no tecido político local.

1. Organização do curso

1.1. Metodologia

O objetivo desta proposta foi sensibilizar lideranças locais, militantes de partidos políticos, representantes dos Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres e gestoras de Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) das diversas unidades da federação para participar do pleito de 2016. Desta forma visava fornecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias para as campanhas eleitorais de 2016, tendo como referência a Plataforma Feminista *Mais Mulheres no Poder – Eu Assumo este Compromisso*.

Para alcançar tais objetivos, estas ações deveriam ser implementadas através de cursos de curta duração a serem realizados em pelo menos em uma capital de cada uma das cinco regiões brasileiras. Este curso, ao promover a formação e construção de estratégias para as campanhas eleitorais, visava despertar a consciência da sociedade, e das mulheres em particular, para o significado da ambição de ocupar um cargo eletivo.

A proposta do curso foi construída por um grupo de docentes da Faculdade de Economia e do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, sob a

execução financeira da Fundação Euclides da Cunha – FEC da UFF, e apresentada à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos em outubro de 2015. O projeto propunha a realização de um curso em diversos estados da federação, no formato de um curso de extensão de 20 horas, com duração de três dias, que deveriam ser ministrados ao longo do primeiro semestre de 2016, devido às restrições da legislação eleitoral. Aprovado o projeto pela SEPM, definiu-se o mapa das capitais, tendo como principal critério para a seleção a existência de um órgão estadual de políticas para as mulheres, órgãos estes responsáveis pelos convites e inscrições locais das participantes.

Assim, foram escolhidas as seguintes capitais: i) da região Norte foram Manaus, Macapá, Rio Branco; da região Nordeste foram São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador; do Sul, Florianópolis; do Centro Oeste, Campo Grande; e do Sudeste, Belo Horizonte, São Paulo e Niterói, esta última foi a única cidade que não é capital de estado, mas foi escolhida por ser sede da UFF. Posteriormente, em maio de 2016, toda a equipe dirigente do órgão estadual de políticas para as mulheres do estado do Rio Grande do Norte foi exonerada e sua vacância obrigou à coordenação do projeto a propor à SEPM a substituição da cidade de Natal pela cidade de Goiânia. Assim, sem prejuízo do calendário, foi remanejado o curso de Natal para Goiânia e sua realização aconteceu no final do período previsto para esta atividade, em junho daquele ano. O curso foi programado para um público de 60(sessenta) participantes, constituído por lideranças femininas locais, militantes de partidos políticos e gestoras públicas, podendo incluir até mais 10 (dez) participantes, de acordo com a avaliação do órgão local¹.

O período de execução da proposta foi definido para os meses de janeiro a junho de 2016. Este acerto considerou a motivação advinda da proximidade da campanha eleitoral e obedeceu à respectiva legislação eleitoral, que demarca o período em que podem ser realizados eventos desta natureza, através de recursos públicos. Os cursos estaduais foram realizados no período de 28 de março a 09 de junho desse ano.

¹ A empresa *Ferreira & Sousa Eventos Corporativos* dirigida pela senhora Iara Ferreira de Florianópolis/SC, responsável pela logística dos cursos localmente, foi selecionada por pregão eletrônico sob a responsabilidade da Fundação Euclides da Cunha FEC/UFF.

1.2 Definição do programa

O curso foi programado para uma carga horária de vinte horas, abrangendo os seguintes temas: i) relações de gênero, discriminações e desigualdades de gênero e raça; ii) preconceito e discriminações, história da participação política das mulheres no Brasil; iii) políticas públicas para as mulheres e políticas de gênero e raça; e iv) sistema político brasileiro, funcionamento da democracia representativa e sistema eleitoral.

Com o programa estabelecido, foi elaborado e editado o texto *Mulheres na Política – Tecendo redes: Escrevendo histórias, Transformando a realidade*, que teve como objetivo ampliar o universo de conhecimentos específicos do mundo político às mulheres e dar um apoio teórico aos cursos. O texto²abrangeu a história das lutas das mulheres no campo político e da representação, bem como apresentou um diagnóstico das desigualdades das relações de gênero no Brasil, discutiu questões relativas ao federalismo, à descentralização e ao poder local, vistos como desafios para os municípios e a apresentação de políticas públicas municipais e, por último, orientações mínimas sobre como realizar uma campanha eleitoral.

A partir deste texto, a equipe das professoras e facilitadoras definiu a dinâmica de cada um dos módulos do curso. Desta forma, foi possível estabelecer dinâmicas de grupo e vivências para um melhor aproveitamento da convivência entre a equipe da UFF e as participantes dos cursos, cuja riqueza de vida reflete a diversidade da sociedade brasileira. Estas diferentes dinâmicas de grupo (vivências) tinham como finalidade consolidar o aprendizado político das participantes. Dentre as dinâmicas usadas, cabe destacar proposta de apresentação de um programa de debates numa emissora de TV com as participantes pretensas candidatas. O objetivo desta dinâmica era familiarizar as mulheres para este tipo de participação, próprio de campanha política. Outra dinâmica utilizada propunha às participantes, divididas em grupos, que apresentassem propostas de política pública para seu município, detalhando o projeto e as demandas financeiras necessárias para sua realização. E uma terceira dinâmica desenvolvia propostas a partir da apresentação das histórias de vida das participantes. Estas vivências permitiram desenvolver a percepção da importância do conhecimento que possuíam como parâmetro para a formulação de suas plataformas políticas.

² O texto posteriormente foi disponibilizado como Texto para Discussão da Faculdade de Economia – UFF (<http://www.proac.uff.br/econ/textos-para-discussao>).

Em todos os estados foram preenchidas todas as vagas, bem como as dez vagas extras. Ou seja, podemos afirmar que cerca de 900 mulheres, entre inscritas, ouvintes e frequentadoras ocasionais participaram do curso realizado nas catorze capitais.

A cooperação entre a equipe da UFF, a SEPM e os órgãos estaduais locais foram essenciais. Em todas as cidades houve uma mesa de abertura solene com representantes do poder estadual, não importando a sigla partidária de cada governo, e da coordenação. A representação da SEPM, presente nos cursos, fez a divulgação da campanha *Mais Mulheres no Poder – Plataforma. Confirma 2016, Eu assumo este compromisso!* Por último, a novidade de uma universidade do Sudeste promover este tipo de treinamento com prováveis candidatas nas eleições, foi uma notícia que teve boa divulgação nos meios de comunicação locais. A imprensa local, incluindo jornais, emissoras de rádio e tevês, realizou entrevistas com a equipe da UFF e as gestoras locais.

2. Perfil das participantes

Considerando o número e a diversidade das participantes, foi possível delinear o perfil deste grupo de mulheres que desejam participar da vida política do país. Com o objetivo de permitir a participação diversificada de mulheres de cada região, o curso foi realizado de forma intensiva ao longo de dois dias e meio e contou com a presença de um número expressivo de mulheres do interior de cada unidade da federação. A participação de mulheres do interior de cada Estado foi um ponto de destaque, porque as residentes nas capitais têm mais possibilidades de frequentar eventos desta natureza.

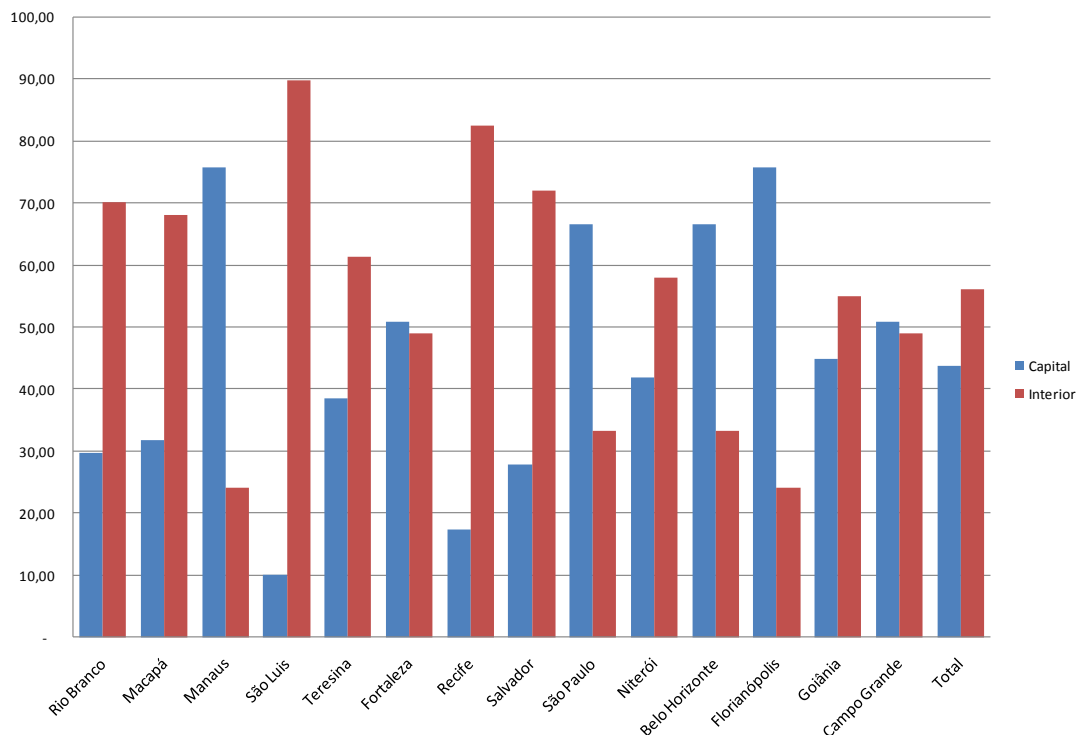
A seguir são apresentados resultados preliminares obtidos a partir da tabulação dos questionários aplicados em cada cidade ao longo do curso. Estes questionários tinham como objetivo traçar o perfil das participantes. Também lhes foi solicitado uma breve avaliação do impacto do curso na realização de sua ambição política. Ressalta-se que todas as tabelas e gráficos apresentados neste texto têm como fonte os questionários aplicados.

A Tabela 1 e o Gráfico 1 abaixo, mostram que 56,2% das participantes residiam em municípios interioranos, o que mostra a importância da realização desse tipo de evento de integração universidade e sociedade, que permite às mulheres que realmente estão envolvidas em movimentos sociais ou gestão pública no país o acesso ao conhecimento científico.

TABELA 1 – Origem das participantes por local de curso (em %)

| Cidade/Sede | Capital | Interior |
|--------------------|----------------|-----------------|
| Rio Branco | 29,9 | 70,1 |
| Macapá | 31,8 | 68,2 |
| Manaus | 75,9 | 24,1 |
| São Luís | 10,2 | 89,8 |
| Teresina | 38,6 | 61,4 |
| Fortaleza | 51,0 | 49,0 |
| Recife | 17,4 | 82,6 |
| Salvador | 27,9 | 72,1 |
| São Paulo | 66,7 | 33,3 |
| Niterói | 41,9 | 58,1 |
| Belo Horizonte | 66,7 | 33,3 |
| Florianópolis | 75,8 | 24,2 |
| Goiânia | 44,9 | 55,1 |
| Campo Grande | 50,9 | 49,1 |
| Total | 43,8 | 56,2 |

GRÁFICO 1 – Origem das participantes por local de curso (em %)



O questionário (Anexo 1) permitiu obter informações sobre: idade, escolaridade, raça/cor, estado civil, filhos, profissão, ocupação, horas dedicadas aos afazeres

domésticos, tamanho da residência, município de residência, filiação a partido político, participação em movimento social na sua cidade, parentesco na política e cargo político ou disposição para se candidatarem nas eleições de 2016.

O preenchimento dos formulários não era obrigatório, no entanto, obtivemos 536 respostas completas. Deve-se esclarecer que o malote com os questionários aplicados no curso de Recife/PE foi extraviado. Assim, o número de questionários analisados refere-se apenas às treze capitais, como mostram as tabelas. Observa-se na Tabela 2, que o maior número de respostas obtidas se deu em Manaus e os menores números em Teresina e Fortaleza. Alguns fatores podem explicar essa diferença na proporção de questionários entregues, tais como a possível influência das gestoras locais no incentivo a responder os questionários e talvez também pelo fato de algumas participantes serem mais afeitas à ação do que ao manejo com este tipo de expressão escrita. Além do mais chamamos atenção para o fato de que nem todas as participantes responderam integralmente aos questionários aplicados, assim, há tabelas cujo número absoluto de respostas é menor que 536 participantes que devolveram os questionários.

TABELA 2 – Formulários respondidos por curso

| Cidade | Formulários Preenchidos |
|----------------|--------------------------------|
| Rio Branco | 35 |
| Macapá | 49 |
| Manaus | 57 |
| São Luís | 44 |
| Teresina | 24 |
| Fortaleza | 25 |
| Salvador | 46 |
| Campo Grande | 43 |
| Goiânia | 39 |
| Belo Horizonte | 45 |
| Niterói | 49 |
| São Paulo | 40 |
| Florianópolis | 40 |
| Total | 536 |

A tabela 3 apresenta a distribuição das participantes por faixa etária, na qual se observa que agregando as mulheres nas faixas etárias de 31 a 60 anos temos uma concentração de 80,3% das participantes. No entanto, considerando apenas a faixa etária

compreendida entre 41 a 50 anos, tem-se 31% das participantes dos cursos. Em contraposição, a participação de mulheres com idade acima de 60 anos é de apenas 9%, uma proporção inferior à participação desta faixa etária na sociedade brasileira, que representa 13% da população (PNAD/IBGE, 2013).

O que estas informações revelam é que o exercício em atividades políticas exige talvez mais maturidade pessoal e que para o caso feminino esta decisão se posterga por conta do ciclo de vida reprodutiva, que para as mulheres se encerra na faixa dos quarenta anos. Isso talvez explique a concentração do interesse feminina na vida política na faixa etária entre 41 a 50 anos, como mostra a tabela 3. Isso também sugere que a conciliação entre vida política e filhos menores cria desconforto para as mulheres e conflitos na vida familiar.

TABELA 3 – Faixa etária das participantes

| | Números Absolutos | Participação Relativa |
|--------------|--------------------------|------------------------------|
| Menor que 20 | 5 | 1,0 |
| De 21 a 30 | 46 | 9,6 |
| De 31 a 40 | 124 | 25,8 |
| De 41 a 50 | 149 | 31,0 |
| De 51 a 60 | 113 | 23,5 |
| Acima de 60 | 43 | 9,0 |
| Total | 480 | 100,0 |

A Tabela 4 mostra o grau de escolaridade das participantes o qual revela que 67,7% das mulheres têm curso superior completo e 28% têm ensino médio completo e/ou curso superior incompleto. Isto talvez indique que o espaço político seja exigente em relação ao nível educacional e que, portanto, como a maioria dos brasileiros e das brasileiras está nas faixas de menor escolaridade, isso restringiria o acesso dessas pessoas às atividades políticas e reserve este espaço às pessoas das classes mais abastadas da sociedade. Observa-se que apenas um número muito pequeno das mulheres participantes, 3,2% tem nível de escolaridade baixo, ou seja, fundamental incompleto e completo. Talvez este grupo de participantes tenha tido relutância em devolver os questionários preenchidos.

TABELA 4 – Nível de escolaridade das participantes

| | Números Absolutos | Participação Relativa |
|-------------------------|--------------------------|------------------------------|
| Fundamental Incompleto | 9 | 1,7 |
| Fundamental Completo | 8 | 1,5 |
| Ensino Médio Incompleto | 10 | 1,9 |
| Ensino Médio Completo | 59 | 11,1 |
| Superior Incompleto | 85 | 16,0 |
| Superior Completo | 359 | 67,7 |
| Total | 530 | 100,0 |

Em relação à situação familiar nota-se que há um número expressivo de mulheres, 56%, que vivem sem parceiros, como mostra a Tabela 5. Completando esta observação a Tabela 6 mostra que apenas 16,6% das mulheres participantes não têm filhos. Estes dados talvez indiquem as dificuldades das mulheres em conciliar o fazer política e os compromissos familiares, diferentemente dos homens, que dispõem de uma retaguarda familiar sólida com esposas e companheiras se responsabilizando pela família.

TABELA 5 – Estado civil das participantes

| | Números Absolutos | Participação Relativa |
|---------------------|--------------------------|------------------------------|
| Casada | 227 | 44 |
| Solteira | 205 | 39 |
| Viúva | 17 | 3 |
| Separada/Divorciada | 70 | 13 |
| Total | 519 | 100 |

TABELA 6 – Número de mulheres participantes, segundo a existência de filhos/as

| | Números Absolutos | Participação Relativa |
|----------------|--------------------------|------------------------------|
| Tem filhos | 417 | 83,4 |
| Não tem filhos | 83 | 16,6 |
| Total | 500 | 100 |

A Tabela 7 mostra que 60,6% dos filhos/filhas declarados pelas participantes têm mais de 14 anos. São jovens já com alguma autonomia e dependem menos dos cuidados permanentes das mães. Entretanto, ainda 39,4% das mulheres têm filhos na faixa etária abaixo dos 14 anos, que requerem maior atenção de seus familiares, dado que a cobertura de creches e escola em tempo integral é ainda muito baixa no território nacional. É interessante chamar atenção para o fato que esta taxa de participação é bastante próxima ao número declarado de participantes casadas (44%).

TABELA 7 – Faixa etária dos/as filhos/as das participantes

| | Números Absolutos | Participação Relativa |
|------------------|--------------------------|------------------------------|
| Até 4 anos | 67 | 15,1 |
| De 5 a 14 anos | 103 | 23,2 |
| Acima de 14 anos | 269 | 60,6 |
| Sem Informação | 5 | 1,1 |
| Total | 444 | 100 |

Afazer doméstico são definidos, pela economia feminista, como trabalho reprodutivo não remunerado e prestado às famílias por amor, em contraponto ao trabalho produtor de bens e serviços pago, realizado para o mercado. Embora o questionário contivesse uma pergunta sobre tempo gasto com os afazeres domésticos, estas respostas não foram tabuladas. Isto porque as respostas estavam díspares, isto possivelmente foi decorrente do fato de algumas mulheres responderem relacionando tempo de afazeres domésticos como horas semanais e outras como horas diárias. Mesmo assim, com base nas respostas mais coerentes, foi possível concluir que, em média, as mulheres participantes dos cursos gastam cerca de 21 horas semanais na realização de afazeres domésticos. As declarações das participantes a respeito do tempo despendido nos afazeres domésticos de 21 horas semanais resultam em uma média de horas gastas um pouco menor que a média nacional, de 25,3 horas semanais, mensurada pelas Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2014. Isso talvez corrobore a hipótese de que estas mulheres são de estratos de renda mais altos que a média nacional e condiz com a supremacia advinda da educação superior.

Em relação ao mercado de trabalho, a Tabela 8 mostra que 91,5% das mulheres participantes dos cursos exercem trabalho remunerado. Como a grande maioria destas mulheres está na faixa etária de 31 a 59 anos, esta percentagem é coerente com o perfil das participantes, cuja maioria tem educação superior. Na média nacional o grupo de mulheres com mais alta taxa de participação no mercado de trabalho é exatamente o destas mulheres. Cabe destacar que essa taxa de participação ainda é similar à que se observa na população ocupada como um todo. Segundo os dados do IBGE, a hora trabalhada para uma pessoa com até quatro anos de escolaridade é em torno de R\$ 7,10, e para aquelas com 12 anos ou mais esta fica em torno de R\$ 28,24 (PNAD/IBGE, 2013) o que denota que a sociedade brasileira valoriza muito a questão educacional. O perfil das nossas participantes confirma estes dados. Embora se deva ressaltar que a diferenciação de rendimentos entre homens e mulheres permaneça a mesma no grupo com educação superior. Ou seja, as mulheres com educação superior têm rendimentos inferiores aos dos homens com mesmo nível de escolaridade. Cabe ressaltar que a remuneração deste grupo é bem superior à recebida pelo conjunto da população menos escolarizada, como está indicado acima.

TABELA 8 – Mulheres com Trabalho Remunerado

| | Números Absolutos | Participação Relativa |
|--------------|--------------------------|------------------------------|
| Sim | 486 | 91,5 |
| Não | 45 | 8,5 |
| Total | 531 | 100 |

Cabe destacar ainda, conforme mostra a Tabela 9, que a maioria das participantes, aproximadamente 75%, exerce a profissão escolhida, ou seja, compatível com sua formação educacional.

TABELA 9 – Trabalho dentro da Profissão

| | Números Absolutos | Participação Relativa |
|--------------|--------------------------|------------------------------|
| Sim | 345 | 74,8 |
| Não | 116 | 25,2 |
| Total | 461 | 100 |

Dado que o objetivo do curso era mobilizar as mulheres que já tinham ou buscavam um maior espaço de atuação política, partidária ou em movimentos sociais, era de se esperar que as participantes dos cursos declarassem um relativo envolvimento na política. Dentre as participantes, 74,6% declararam-se filiadas a partidos políticos (Tabela 10), e 77,7% participam de movimentos sociais (Tabela 11). Completando essas informações, quase 30% delas declararam ter algum parente em cargo político (Tabela 12). A relação de parentesco é mostrada na Tabela 13, e como se pode observar, das 155 mulheres com parentes na política, 126 delas têm parentes próximos (82%).

Estas informações são bastante significativas, por que indicam que o exercício da atividade política guarda certa tradição familiar. Isso também demonstra que estas pessoas vivenciaram uma sociabilidade marcada pelo debate político no interior da suas famílias. Assim as Tabelas 10, 11, 12 e 13 sugerem que há certa tradição familiar no interesse em participar do espaço político e exercê-lo através de mandatos eletivos ou postos de decisão na administração pública. Elas também revelam a relação entre o fazer política e o movimento social.

TABELAS 10 – Participantes filiadas a partido político

| | Números Absolutos | Participação Relativa |
|--------------|--------------------------|------------------------------|
| Sim | 394 | 74,6 |
| Não | 134 | 25,4 |
| Total | 528 | 100,0 |

TABELAS 11 – Participantes em movimento social

| | Números Absolutos | Participação Relativa |
|--------------|--------------------------|------------------------------|
| Sim | 400 | 77,7 |
| Não | 115 | 22,3 |
| Total | 515 | 100,0 |

TABELA12 – Participantes com parentes na política

| | Números Absolutos | Participação Relativa |
|--------------|--------------------------|------------------------------|
| Sim | 155 | 29,2 |
| Não | 376 | 70,8 |
| Total | 531 | 100,0 |

TABELA13 – Grau de parentesco das participantes com ocupante de cargo político

| | Números Absolutos | Participação Relativa |
|--------------|--------------------------|------------------------------|
| Prima (o) | 48 | 37,5 |
| Pai ou Mãe | 16 | 12,5 |
| Irmã (o) | 14 | 10,9 |
| Cônjuge | 13 | 10,2 |
| Sobrinha (o) | 11 | 8,6 |
| Tia (o) | 11 | 8,6 |
| Cunhada (o) | 9 | 7,0 |
| Filha (o) | 5 | 3,9 |
| Padrasto | 1 | 0,8 |
| Total | 128 | 100,0 |

Outra informação importante é apresentada na Tabela 14 e é relativa à participação delas nas eleições daquele ano. O resultado dos questionários mostra que 28,3% das participantes tinham pretensão de se candidatar nas eleições municipais de 2016. Ou seja, quase 1/3 das participantes tinham pretensões eleitorais para aquele pleito.

TABELA14 – Participantes com pretensão de se candidatarem

| | Números absolutos | Participação Relativa % |
|-------|--------------------------|--------------------------------|
| Sim | 151 | 28,3 |
| Não | 383 | 71,7 |
| Total | 534 | 100,0 |

A Tabela 15 mostra que a participação política não era ausente da vida destas participantes. Aproximadamente 20% delas já tinham vivido uma experiência eleitoral, concorrendo a postos legislativos. Dentre elas, 70% haviam disputado o mandato de vereadora e 15,4% delas cargos nas Assembleias Legislativas e na Câmara Federal. No

entanto, apenas 6,6% delas já haviam disputado um cargo em eleições majoritárias. Vale salientar que essa pretensão era apenas para cargos de prefeito e vice-prefeito de municípios interioranos.

TABELA15 – Cargos postulados pelas participantes em eleições anteriores

| | Números Absolutos | Participação Relativa |
|---------------|--------------------------|------------------------------|
| Prefeita | 2 | 2,2 |
| Vice prefeita | 4 | 4,4 |
| Deputada | 14 | 15,4 |
| Vereadora | 64 | 70,3 |
| Outros | 7 | 7,7 |
| Total | 91 | 100,0 |

TABELA16–Expressão do desejo de candidatura nos próximos pleitos eleitorais

| | Números Absolutos | Participação Relativa |
|--------------|--------------------------|------------------------------|
| Sim | 242 | 47,4 |
| Não | 269 | 52,6 |
| Total | 511 | 100,0 |

Completa esse perfil político das participantes a informação da Tabela 16, a qual mostra que 47,4% delas desejam postular candidaturas em eleições futuras. Esta constatação demonstra a importância da proposta deste Curso em fornecer um instrumental de ciências política, econômica e social, numa perspectiva histórica com o objetivo de estimular o desenvolvimento político feminino e elevar sua participação nos cargos eletivos.

Enquanto no mundo, nos últimos vinte anos, cresceu a participação feminina na política formal, no Brasil isso não ocorreu, permanecendo com uma das mais baixas taxas do mundo. Avelar (2014) afirma que o Brasil é um dos países com menores índices de mulheres eleitas no continente, mas a sub-representação feminina pela via eleitoral para esta autora é compensada pela ação ativa das mulheres nos movimentos sociais e redes junto ao Estado. No entanto há visões diferentes desta que interpretam a maior participação feminina em movimentos sociais como uma válvula de escape para a realização do desejo de participação política partidária e a ocupação de cargos eletivos.

Os movimentos sociais são os espaços reconhecidos como de maior possibilidade de atuação política das mulheres. Os dados apurados pela pesquisa corroboram de certa forma esta afirmação. Pela declaração de que 400 das participantes tinham envolvimento em movimentos sociais (78%).

A equipe coordenadora, para finalizar estas notas sobre esta experiência, elaborou um questionário de avaliação que foi entregue às participantes no último dia do curso. As mulheres que responderam a esta avaliação foram unânimes em afirmar que o curso “atendeu às suas expectativas” e que “o conteúdo apresentado nos cursos é muito pertinente e útil para sua atuação política”. Diversas participantes escreveram “**obrigada!**” e “**avante mulheres!**” como mensagens de incentivo para que esta iniciativa fosse realizada como atividade permanente da Universidade.

O compartilhamento das experiências políticas trocadas entre nós ao longo dos cursos, bem como o incentivo à participação nos pleitos eleitorais, foram pontos altos destacados pelas participantes e motivo para solicitarem a continuidade deste trabalho. Estas sugestões são relevantes porque elas poderão ser utilizadas para aprimorar futuras edições de cursos similares, que no nosso entender devem ser estimulados pelos órgãos da Justiça Eleitoral. Nos próximos parágrafos apresentaremos breve resumo das opiniões emitidas pelas mulheres participantes nos questionários distribuídos pela equipe coordenadora.

Qual a opinião das mulheres participantes? Em todas as cidades onde estes cursos aconteceram, as participantes foram unânimes em afirmar a importância desta formação para seu trabalho político na sociedade. Exemplos de depoimentos de algumas participantes sintetizam a opinião das mulheres sobre estes cursos: “ampliar os conhecimentos é importante para nossas vidas” (participante em Salvador); “é muito importante e deveríamos ter outros... nota dez” (afirmação de uma participante de Rio Branco); ou “tudo foi maravilhoso, tudo isso que vir aprender (sic!) vou levar para a minha cidade e pôr em prática” (participante de São Luís).

Continuando este recorte com as opiniões colhidas junto às participantes de Goiânia, destacamos: “o curso nos indicou um caminho e uma maneira de iniciar a proposta política”. Em Manaus uma participante afirmou: “parabenizo as professoras da UFF que através de conhecimentos didáticos e metodológicos conduziram todas as atividades e conteúdos com competência e profissionalismo”. Em Fortaleza uma participante escreveu: “quero agradecer pelo aprendizado para me ajudar na minha campanha”. Em Belo Horizonte foi destacado a importância do tópico a “história da

participação política feminina no Brasil”, como uma das informações mais úteis para a atuação política das mulheres. Uma paulista escreveu “felicito pelo compartilhamento de experiências, publicação [divulgação] da agenda das mulheres, empoderamento e incentivo a candidatura da mulher”.

E as participantes foram unânimes em sugerir que outras iniciativas como esta fossem realizadas: “cursos como esse deviam ser multiplicados” escreveu uma participante de Salvador em uníssono com suas colegas de outros estados. Em Florianópolis “mais cursos para as mulheres, com oratórias e de incentivo, mostrando que elas podem”. Em Fortaleza outro recado: “deveria acontecer mais encontros, cursos direcionados as mulheres”. Em Belo Horizonte outro recado foi sugerido para que em novos cursos fossem discutidos temas sobre políticas públicas: “aprofundar políticas públicas para as mulheres e políticas de gênero e raça”. Um recado similar vem de Teresina “como sugestão nos próximos módulos do curso aconteçam formas mais abrangentes para mais mulheres que estão se propondo entrar na política”

Também foram feitas algumas observações críticas como, por exemplo, em relação ao tempo, apenas três dias para um conteúdo tão denso, sem possibilidade de se alongar a discussão. Além disso, também fizeram observações sobre o processo de seleção das participantes, feito, via convite, pelos organismos estaduais de política para as mulheres. No caso destes cursos especificamente, a UFF não tinha condições de realizar sem a ajuda direta dos órgãos estaduais.

Esses depoimentos confirmam a percepção da equipe coordenadora na execução desse curso do significado da sua realização. Ao longo de três meses, percorrendo o Brasil, a equipe pode levar o conhecimento formal e colher tradições e vivências das mulheres de diferentes origens, negras, brancas, indígenas, com o objetivo comum de reverter o mapa vergonhoso de participação política formal das mulheres brasileiras.

Para a Universidade, a realização deste curso representou o exercício pleno de cidadania, porque permitiu discutir com as mulheres o significado do direito à representação, à voz e à participação na vida pública. Assim como o significado à dignidade na vida cotidiana de cada uma delas, o direito à educação, à saúde, à segurança e à vivência familiar sem traumas.

O voto das mulheres tem assim um duplo papel: garantir a igualdade no sistema político e na vida civil. Porque a democracia só existirá se estiver garantido às cidadãs e aos cidadãos, sem prejuízo de sexo, cor, raça, credo político e religioso, classe social,

condição física ou idade, igual tratamento e oportunidades de acesso aos palanques, às assembleias e aos palácios.

Referências bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz; Celi R.J. PINTO; Fátima JORDÃO (orgs). **Mulheres nas Eleições de 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, 2012.

AVELAR, Lúcia. Onde as mulheres se representam? Avenidas de representação extraparlamentar das mulheres brasileiras. *Revista Gênero*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Volume 14, número 2, primeiro semestre de 2014.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013 e 2014. **Síntese de Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira – 2014**.

BRASIL, **Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, dezembro de 2015. Disponível em: www.observatoriodegenero.gov.br

MELO, Hildete Pereira de, “Mulheres no Poder: um olhar de gênero sobre os poderes legislativo, executivo e judiciário do sistema federal brasileiro”, em **Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, dezembro de 2015. Disponível em: www.observatorio.degenero.gov.br

MELO, Hildete Pereira de, MORANDI, Lucilene, DWECK, Ruth Helena, *Mulheres na Política – Tecendo redes, escrevendo histórias, transformando a realidade: eleições 2016*, Niterói/RJ, Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, 2016.

ONU **Mulheres**. “Mujeres en la política: 2012”. Basado en la cartografía de Naciones Unidas, Mapa No. 4136 Rev. 10. Diciembre del 2011.